



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA  
Av. Carlos Gomes, 181 – Bairro: Arigolândia – Porto Velho (RO) – CEP: 76801-012 – Fone (Fax): 3901.3108  
- PROTOCOLO -

**REQUERIMENTO DE LICENÇA DE  
REGULARIZAÇÃO DE OBRA**

**FORMULÁRIO - V**

|   |                                 |                                |  |
|---|---------------------------------|--------------------------------|--|
| Imóvel:   | <input type="checkbox"/> Urbano | <input type="checkbox"/> Rural | Inscrição do Imóvel:<br>(Número do IPTU) _____ |
|   |                                 |                                | Setor: _____ Quadra: _____ Lotes(s): _____     |
| <b>ENDEREÇO DO IMÓVEL</b>   |                                 |                                |  |
| Logradouro:   |                                 |                                | Número:  |
| Bairro:   | Complemento:                    |                                | CEP  |
| Distrito:   | Município: PORTO VELHO          |                                | UF: RO   |
| <b>DADOS DO REQUERENTE:</b>   |                                 |                                |  |
| Nome:   |                                 |                                |  |
| CPF ou CNPJ:  |                                 |                                |  |
| Endereço (Rua/Av.):   |                                 |                                | Número:  |
| Complemento:  |                                 | Telefone:                      |  |
| Bairro:   | Município/UF:                   |                                | CEP  |
| E-mail:   |                                 |                                |  |
| <b>OBSERVAÇÃO:</b>  |                                 |                                |  |
| <p><b>1. O cumprimento integral das exigências constantes da presente Instrução Normativa é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado. Na hipótese de faltarem quaisquer dos documentos exigidos o requerente fica ciente que o processo não será formalizado.</b></p> <p><b>2. Fica a parte requerente ciente de que na execução da obra incidirá o Imposto Sobre Prestação de Serviço – ISSQN que será objeto de apuração e notificação posterior.</b></p> |                                 |                                |  |
| Porto Velho, _____ de _____ de _____.   |                                 |                                |  |
| _____<br>Requerente/Representante Legal<br>(Assinatura por extenso)   |                                 |                                |  |

## REQUERIMENTO DE LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO DE OBRA

### ➤ Documentos Necessários

#### I. PESSOAS NATURAIS

- a) Cédula de identidade;
- b) CPF.

#### II. PESSOAS JURÍDICAS

- a) Atos constitutivos, compostos de contrato ou estatuto sociais e alterações, registrados no órgão competente ou lei de criação quando se tratar de órgão público;
- b) CNPJ;
- c) Documentos pessoais do(s) requerente (s), se pessoa física;
- d) Se pessoa jurídica: Contrato social e alterações (Ltda.), estatuto e ata de assembléia (S/A) registrados no órgão competente, CNPJ e documentos pessoais do representante legal;

1. Requerimento padrão da SEMFAZ;
2. Certidão narrativa do imóvel (providenciar junto à SEMUR) ou Certidão de Inteiro Teor (atualizada);
3. Laudo técnico da edificação (03 cópias);
4. Projeto arquitetônico (03 cópias);
5. Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (autenticada pelo CREA);
6. Certificado de aprovação de projetos contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros (atualizada), em obras de igual ou acima de 750m<sup>2</sup> (Resolução nº. 56 de 26.03.2007) ou igual e superior a 12m (art. 76 Decreto nº. 8987 de 08.02.200), posto de venda de combustíveis e seus derivados, revenda de GPL classificada como classe 4 ou mais, casa de fogos de artifícios, depósitos de explosivos, de munição, arquivos, museus, cartórios, centros telefônicos, central de computação, estação de rádio ou televisão, subestação de distribuição de energia elétrica e similares (Resolução nº. 54 de 01.02.2006), exceto em residências uni familiar;
7. Análise e Parecer emitido pela Secretaria Municipal de Transporte - SEMTRAN (impacto de trânsito), em obras de igual ou acima de 500m<sup>2</sup> (art. 93 CTB – Lei nº. 9.503 de 23.09.1997);
8. Certidão de viabilidade ou licença ambiental – LP, LI e LO (SEMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente), conforme art. 52 e 53 da Lei Complementar nº. 138 de 28/12/2008 e Decreto nº 8.746 de 18/10/2002 no seu Art. 2º (empreendimentos relacionados no anexo I); exceto em residências unifamiliar;
9. Cópia dos documentos pessoais (sendo pessoa física: cópia do RG e CPF; sendo pessoa jurídica: cópia do Contrato Social e Alterações e CNPJ);
10. Certidão de Remembramento (Termo de Fusão) quando as edificações ou construções estiverem sendo executadas em mais de um lote, ou Termo de Desmembramento quando houver subdivisão na área (providenciar junto a SEMUR);
11. Taxa de abertura do processo – original e devidamente paga;
12. Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel, art. 265 LC 199/2004 (atualizada); exceto em zona rural;
13. Cópia do Contrato de prestação de serviço da obra nos casos de pessoa jurídica, se executado para terceiros; sendo facultativo às pessoas físicas.

### ➤ OBS.:

- a) As cópias de documentação deverão ser acompanhadas das originais para conferência.